

## A fórmula para mesclar pesquisa e militância: entrevista com Murilo César Ramos

Edgard Rebouças\*

O tema central do próximo congresso da Intercom, em Brasília, será Estado e Comunicação. E, infelizmente, há no país poucos pesquisadores envolvidos com tal temática. Um dos principais deles é Murilo César Ramos.

Os leitores habituais da Revista Eptic já conhecem muitos de seus textos e apresentações, mas para este número ele concedeu um bate-papo que pode ajudar a muitos a clarear ainda mais suas posturas.

Murilo César Ramos é jornalista formado pela UFPR, tem mestrado e doutorado na University of Missouri e pós-doutorado na Unicamp. Sua carreira acadêmica começou na UnB em 1974, onde, alem de professor, já foi chefe de gabinete da Reitoria, chefe de Departamento e diretor da Faculdade de Comunicação. Atualmente coordena o Laboratório de Políticas de Comunicação. Sua trajetória foi construída com base em uma mescla de militância política e bastidores da academia, tendo sito um ator importante nos debates travados nos corredores do poder, passando pela Constituinte, a Lei do Cabo, a Lei Geral de Telecomunicações e as atuais discussões em torno da TV e do rádio digitais e das várias versões para uma nova regulamentação para a comunicação de massa no país. Em 2005 ele foi agraciado com o Prêmio Luiz Beltrão de Maturidade Acadêmica, honraria máxima entre os pesquisadores brasileiros de Comunicação.

Nesta entrevista Murilo César Ramos fala de economia, de políticas, de economia política e de temas que são de grande relevância, mas que a maioria dos pesquisadores em Comunicação não têm dado a devida importância.

**Eptic** - Se a economia política das comunicações é, segundo Vincent Mosco, "o estudo das relações sociais, principalmente das relações de poder, que mutuamente constituem a produção,

<sup>,</sup> 

<sup>\*</sup> Pesquisador/professor visitante no Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFPE e professor visitante na Université Stendhal-Grenoble 3.



a distribuição e o consumo de recursos, e tende a se concentrar em um ponto específico das relações sociais organizadas em torno do poder ou de sua habilidade para controlar pessoas, processos e coisas, mesmo que enfrentando resistência", quem são os atores sociais desse jogo.

Murilo Ramos - A definição de Vincent Mosco é didática e, por isso, muito abrangente. Mas, é uma boa definição para a economia política crítica, e a uso com freqüência. Quanto aos atores, em sentido lato, são as classes sociais fundamentais no capitalismo: a dos proprietários e controladores dos meios de produção, e a dos assalariados destituídos de qualquer relação de propriedade e controle sobre os meios de produção. Reconheço que, ao tentar essa explicação, fujo da dicotomia clássica burguês/proletário, pela dificuldade de aplicá-la, sem nuances teóricas, contemporaneamente. Mas busco manter a contradição básica entre posse e não-posse dos meios de produção, em uma sociedade que não pode ser apreendida para além da categoria trabalho. Em outras, poucas e metafóricas palavras: proprietário é o Roberto Irineu Marinho; assalariado é o William Bonner, e entre eles persiste um diferencial fundamental de poder enquanto agentes sociais limites. Por mais que o segundo se identifique reificadamente com o primeiro e se aliene do que é incapaz de reconhecer como chão de fábrica. Um chão de fábrica platinado, reconheça-

**Eptic** - Você é um pesquisador que utiliza referenciais variados em seus estudos. Qual o caminho para inter-relacionar metodologias e práticas das áreas das Políticas de comunicações com a da Economia Política?

se, e indutor de uma ilusão grande de auto-poder.

**Murilo Ramos** - Não sei bem a que você se refere quando diz "referenciais variados". Eu até prefiro dizer que, como mais repórter do que pesquisador das políticas de comunicação que tenho sido, na maioria das vezes não uso referencial teórico algum, exceto uma indignação militante que me situa, mesmo que frouxamente, no terreno da investigação crítica. E é justamente a idéia da crítica que faz a interface teórico-metodológica entre a área de estudo e pesquisa das Políticas de Comunicação com a área de estudo e pesquisa muito mais abrangente da Economia Política. Pessoalmente, na medida em que tento reforçar teórica e metodologicamente meu trabalho acadêmico, me situo muito mais no campo da Ciência Política, do que da Economia Política. Sou daqueles que entendem não ser possível alinhar-se primordialmente à Economia Política sem uma significativa base de teoria econômica. Mas, esforço-me para trabalhar bem com os autores



da economia política, pois ela é a base teórica mais definitiva para qualquer esforço significativo nas estruturas sociais.

**Eptic** - O tema do congresso da Intercom de 2006 será Estado e Comunicação, e não poderia haver local mais adequado para sua realização do que em Brasília. Mas como você vê o atual estado da pesquisa sobre esta temática? Os pesquisadores do campo estão atentos para os fenômenos ligados aos sistemas de comunicações?

Murilo Ramos - A pesquisa em Comunicação, dado o seu caráter multidisciplinar, tende a ser excessivamente dispersa. Além do mais, com a falência do socialismo real nos anos 80 e início dos anos 90 do século passado, e com a hegemonia teórica neoliberal que se propagou por todos os campos do saber – de que é exemplo a tsunami pseudo pós-modernista que foi particularmente devastadora por um certo tempo inclusive na área da comunicação – ficou meio démodé ocuparse do Estado. Daí, inclusive, a profusão de estudos sobre terceiros setores, público-não estatal, não governamental, que se verificou com força, e ainda persiste, em diversos campos das ciências sociais. Eu próprio, em determinado momento, me aproximei da idéia específica do público como alternativa ao estatal. Felizmente, um rearranjo científico parece estar se processando, de que é marca maior, a volta aos clássicos, o retorno a teorias, categorias e conceitos que, diferentemente do que parecia, não tinham se esgotado. Vejo a opção pela Intercom de fazer o próximo congresso em Brasília, tendo o Estado como categoria central de reflexão, em sua relação com a comunicação, a política e o poder, como parte desse rearranjo. E vejo isto com muita satisfação.

**Eptic** - No início dos anos 90 você já alertava para a crise dos paradigmas em relação às políticas de comunicações, que deviam ser pensadas como "políticas efetivamente públicas". E hoje, elas são voltadas para o interesse público ou ainda continuam reféns dos interesses privados?

Murilo Ramos - Nada mudou de lá para cá, até porque não muito tempo se passou. No Brasil, na América Latina, no centro capitalista desenvolvido, a hegemonia é a do privado sobre o público. Do mercado sobre o Estado e, portanto, sobre a sociedade. A hegemonia é a do lucro cada vez mais radical, porque cada vez mais ligado ao rentismo especulativo. Ou seja, os obstáculos políticos à mudança social na direção da igualdade continuam imensos e, sob muitos aspectos, maiores.



**Eptic** - Ao longo de 1994 você foi um dos principais articuladores nos debates em torno da Lei do Cabo, o que pode ser considerado como um exemplo de postura de um acadêmico no campo das ações. Naquela ocasião havia uma preocupação por parte dos empresários do setor quanto às eleições presidenciais. Você acredita que a eminência de uma vitória de Lula sobre FHC pode ter facilitado nas negociações para que a Lei saísse com tantas "conquistas" sociais?

Murilo Ramos - Na realidade, em 1994 já estava tudo praticamente resolvido. O embate maior se deu entre 1991 e 1993. Assim, não dá pra explicar certos avanços que a lei permitiu, como o estatuto público da rede, apenas pelo fato de que, em determinado momento do processo eleitoral, em 1994, Lula deu a impressão de que venceria Fernando Henrique. Acredito que o fator mais relevante para o sucesso relativo das negociações foi a desarticulação inicial em que se encontrava o empresariado. A própria Globo, no início, não achava que a TV a Cabo era negócio para ela. Quando entrou forte no processo, já havia uma negociação em curso, com grande apoio no Congresso, liderado pelos deputados Irma Passoni, do PT, e Koyu Iha, do PSDB. Ou seja, muita coisa aconteceu no período, que facilitou a negociação. Aliás, muita coisa já foi escrita sobre a Lei de TV a Cabo, na academia e fora dela. Foi um processo importante, singular, e que ainda guarda boas lições, acredito.

**Eptic** - O governo brasileiro se vê em uma constante encruzilhada na área das Comunicações devido ao atrelamento do ministério a acordos políticos, enquanto que por outro lado, a Casa Civil, o Ministério da Justiça e o Ministério da Cultura continuam formulando políticas para o setor, como tal entrave pode ser solucionado?

Murilo Ramos - Não sei! O governo é uma decepção para quem acreditava mesmo em mudanças mínimas na área da comunicação, da relação com as empresas de comunicação, como é uma decepção sob muitos outros aspectos. A chegada de Hélio Costa ao ministério das Comunicações criou a seguinte situação: desde Antônio Carlos Magalhães, o Brasil não tinha um ministro nessa pasta tão umbilicalmente ligado aos interesses das Organizações Globo. O que mais posso dizer? Que existe um governo 'do bem' na Casa Civil, na Justiça, e na Cultura, e um do 'mal' nas Comunicações? Nem em sonho eu seria capaz de acreditar em tal fantasia. O governo é um só. E quem manda nele, como aliás deveria mandar mesmo, é o presidente Lula. E foi dele a opção de botar o Hélio Costa onde está, como antes já tinha botado o Eunício Oliveira e o Miro Teixeira.



Eptic - Entra governo e sai e sempre aparece uma proposta de reformulação do Código Brasileiro de Telecomunicações, de 1962. Grupos de trabalhos são formados, algumas consultas são feitas e, no final, o governo (ou ministro) seguinte acaba engavetando o projeto anterior. Neste momento, na reta final do governo Lula, há alguma possibilidade de a atual proposta da Casa

Civil ser levada a diante?

Murilo Ramos - Não.

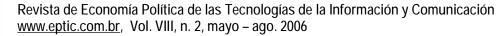
Eptic - O atual governo iniciou duas brigas recentes - os projetos da Agencia Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav) e do Conselho Federal dos Jornalistas - e foi derrotado em ambas logo de partida. Na sua opinião, o que poderá acontecer na próxima, a da TV digital?

Murilo Ramos - Prevalecerá o interesse do mercado, e neste, o interesse das Organizações Globo. Pode até aparecer aqui e acolá algumas cerejas sobre o bolo do Sistema Brasileiro de Televisão Digital. Mas, as grandes mudanças estruturais que essa transição tecnológica ensejaria

na estrutura do modelo brasileiro de rádio e televisão não vão acontecer. Infelizmente.

**Eptic** - No último mês de setembro você recebeu a principal honraria da pesquisa em Comunicação no país, o Prêmio Luiz Beltrão de Maturidade Acadêmica, da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - INTERCOM, e no seu discurso de agradecimento disse não estar no auge da maturidade, mas no início dela. O que podemos esperar de projetos futuros?

Murilo Ramos - A gente não vê a maturidade chegar. Lembro-me de ter dito que ela chegou de sopetão, e dei-me conta então de que era hora de rever o meu trabalho acadêmico. É o que tenho feito nos últimos três anos. No plano pessoal, estudo como não fazia há muitos anos, anos dedicados em grande parte a lutas políticas dentro e fora da universidade, e a atividades administrativas universitárias. No plano coletivo, reconstruí o Laboratório de Políticas de Comunicação, onde hoje tenho ao meu lado, em tempo integral, dois jovens pesquisadores: a Dra. Suzy dos Santos e o mestrando Érico da Silveira, a que se somam quase vinte outros pesquisadores, doutores, mestres e graduados, em um grupo de estudos agregado ao LaPCom. Nosso objetivo é fazer do LaPCom, a cada dia que passa, uma referência sólida, científica, para o





avanço da pesquisa em Políticas de Comunicação. Quem sabe um dia, não verei o LaPCom como um legado acadêmico, que idealizei, mas que não teria realizado sem o engajamento de tantos outros pesquisadores e pesquisadoras? Esta é a minha principal ambição acadêmica hoje e para as incertitudes do futuro.